

## Ata da 81ª Reunião do

### COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA (Degravação)

Dia 25 de maio de 2021, às 9h30

---

pelo programa Microsoft Teams, acessível pelos links

<https://teams.microsoft.com/l/channel/19%3ae6e8b0a9db7f4ad38d65e5e113ed92d5%40thread.tacv2/Geral?groupId=b7aa1f5f-9ed0-40ba-bea2-e45627af2141&tenantId=f398df9c-fd0c-4829-a003-c770a1c4a063>

ou

<https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:e6e8b0a9db7f4ad38d65e5e113ed92d5@thread.tacv2/1618965324024?context=%7B%22Tid%22:%22f398df9c-fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%22,%22Oid%22:%2292990e79-3f2e-4b7d-a48f-86bf5b4e4487%22%7D>

## PAUTA

### Expediente

- 1 - Informes gerais.
- 2 - Sugestões de inclusão nesta Pauta

### Ordem do Dia

- 1- Apresentação sobre **“Macrometrópole Paulista – Desafios Interdisciplinares face às Mudanças Climáticas”**, pelo Professor Titular Senior do Instituto Energia e Ambiente da USP **Pedro Roberto Jacobi**, Coordenador do Projeto Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática (MacroAmb), e pelo Professor Associado da Faculdade de Saúde Pública da USP **Leandro Luiz Giatti**, Coordenador de Subgrupo do Projeto Macroamb.
- 2 - Apresentação sobre **“Compromissos Internacionais de São Paulo”** por **Soninha Francine**, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Relações Internacionais da PMSP.
- 3 - Sugestões de inclusão em outras pautas.

### Esclarecimento inicial:

Nesta Ata não constam os momentos iniciais da reunião, porque a gravação não ocorreu. Logo no começo da apresentação do item 1 da Ordem do Dia, a gravação foi retomada e está indicada no começo da fala de Pedro Roberto Jacobi; a partir desse ponto até o fim, portanto, é que foi feita a

degravação. Este trecho inicial, de abertura da reunião do Comitê, foi feito de memória.

A recepção dos membros presentes à 81ª Reunião do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia – CMMCE foi feita pela Secretária Executiva do Comitê, Laura Ceneviva, que cumprimentou a todos e solicitou que se identificassem no chat do Teams, inserindo o nome, entidade representada, e-mail e telefone ou, caso preferissem, mandassem seus dados para que fossem incorporados à lista de divulgação do Comitê. Rodrigo Ravena, Chefe de Gabinete de SVMA, apresentou as boas-vindas aos membros do Comitê e aos demais presentes, e deu início à reunião, passando a seguir a palavra para Laura Ceneviva.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** O primeiro ponto da Pauta é Informes Gerais. Pergunto aos senhores membros do Comitê se têm algum informe a fazer. Não têm? Bom, enquanto não estão pensando se há algum informe a fazer, eu gostaria de começar com dois. O primeiro deles é que não temos notícia do processo de institucionalização do Plano de Ação Climática, o PlanClima SP. Imagino que a morte do Prefeito Bruno Covas tenha imposto muitas transformações e que há um certo tempo até que tudo possa ter andamento adequado. O outro informe é o seguinte: o World Economic Forum, o Fórum Econômico Mundial, está fazendo um estudo em três cidades do mundo sobre como será a arrancada para a solução climática, estudo este denominado Net Zero Carbon Cities. O Governo do Estado de São Paulo é membro do grupo de trabalho e convidou a Prefeitura para participar. Foi feita uma avaliação geral, na qual eu e Fábio Pedó, da SVMA, pudemos contribuir. Esse era o informe que eu tinha a fazer. Alguém lembrou de algum outro informe? Não? Bom, então vamos passar ao item 2, que é Sugestão para inclusão nesta Pauta. Alguém tem alguma sugestão? Não? Então vamos encerrar o Expediente e passarmos à Ordem do Dia. Hoje temos o prazer de recebermos o Professor Doutor Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP), junto com o Doutor Leandro Luiz Giatti (FSP-USP), para apresentar o tema “Macrometrópole Paulista – Desafios Interdisciplinares face às Mudanças Climáticas”, para nos apresentar as reflexões a que chegaram quanto à governança, tema tão difícil e complexo. Pedro, seja muito bem-vindo ao nosso Comitê. A palavra é sua.

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** (o início da apresentação não ficou gravado, mas ela foi retomada a partir deste ponto, como segue) ... .. duas aglomerações urbanas em uma população estimada hoje de mais de 35 milhões, uma densidade populacional, uma população de mais de dois milhões e meio habitando moradias precárias que também dispõem de 20% das áreas de proteção ambiental do estado de São Paulo, Mata Atlântica e Cerrado, e da problemática que temos que permanentemente retomar e reforçar, que é a problemática da escassez hídrica. Vivemos em uma região claramente definida em um bioma como de escassez hídrica. O projeto temático então se articula a partir de cinco grupos de trabalho: governança do saneamento básico, análise de vulnerabilidade de risco, um grupo sobre territorialidade, espaço e inovação, um grupo sobre serviços ecossistêmicos e governança ambiental, um grupo sobre governança de energia e um grupo de simulações numéricas do clima. É justamente a inovação do nosso projeto, que tem uma configuração principalmente da área de ciências humanas e ciências da terra, mas é o diálogo com as métricas, com a simulação climáticas. E esse projeto

articula pesquisadores, docentes, pós-doutores, mestrandos e até alunos de iniciação científica de unidades da USP, está centrado no Instituto de Energia e Ambiente e também em parceria com a Universidade Federal do ABC. Nós hoje, entre esse conjunto de pesquisadores, reunimos em torno de 100 integrantes do projeto, nos diferentes subtemas. E como eu disse, efetivamente bastante afetado, principalmente no trabalho de campo, já com um ano e meio de dificuldades enfrentadas por conta da pandemia. Essa é uma novidade também para projetos de pesquisa, porque obviamente um trabalho como o nosso tem uma grande preocupação em fazer trabalho de campo. E também um interesse muito grande do projeto em dialogar cada vez mais com a gestão pública. Nós estamos dialogando com algumas prefeituras, trabalhando em contato com algumas prefeituras. Também estamos trabalhando em contato com CIRS, que é o Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos da SIMA, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado. Nós temos produzido diversos livros que estão disponíveis online, no site do IEE, qualquer dúvida eu oriento. Temos uma publicação trimestral que se chama Diálogos Socioambientais da Macrometrópole Paulista, que está disponível no nosso site macroamb.org. Produzimos um livro sobre ODSs, com 17 podcasts. E também nessa publicação da Macrometrópole Paulista, dos Diálogos, também produzimos diversos podcasts. Esse é o contexto então da Macrometrópole Paulista, realmente é uma das dimensões macrometropolitanas maiores em escala praticamente planetária. E como vocês podem notar estamos aqui lidando dentro de uma perspectiva que abrange a bacia do alto Tietê, do PCJ, do Paraíba do Sul, do médio Tietê, e do litoral norte e sul. Aqui nós podemos observar justamente essas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e obviamente que na escala que aqui estamos tratando, não da Região Metropolitana de São Paulo e do Município de São Paulo. Temos os limites da Macrometrópole Paulista e volto a reforçar que importância do tema da segurança hídrica no contexto de escassez hídrica nos mostra exatamente essas questões que estamos associando aqui a origem dos recursos hídricos que alimentam a bacia do Alto Tietê. Bom, vou trazer alguns problemas e algumas questões que eu queria explicitar principalmente em termos daquilo que hoje se coloca como fundamental: como avançar para a governança adaptativa. Estamos em um grupo que trabalha com a temática do clima, nas suas diferentes transversalidades, porque é importante destacar isso, clima associado com mobilidade urbana, clima associado com biodiversidade, clima associado com resíduo, clima associado com água e saneamento, e clima associado com as práticas sociais como um todo. Então nós temos que avançar cada vez mais para rever os arranjos institucionais nos governos locais. Eu estou me referindo a 174 municípios, mas pensando mesmo na cidade de São Paulo, ainda tem muito para se avançar nos arranjos institucionais. E também um tema que é fundamental, que justamente a recorrência dos eventos extremos, é pensar muito nessas transições urbanas de cidades resilientes. Não utilizar a palavra transição urbana apenas como uma ideia, mas como algo muito concreto. Em que aspectos nós temos que promover transições urbanas. E como promover também cidades resilientes, qual a dimensão da resiliência necessária face aos eventos extremos. O que nós observamos é que, sem dúvida, a cidade tem que ser repensada em termos globais, em relação aos seus aspectos vinculados com a drenagem, com as emissões e com a redução da possibilidade de enchentes e de desastres, que muitas vezes podem ser chamadas de anunciadas. Nós temos uma questão central, que é

modificar a lógica de intervenção sobre espaço urbano, nisso se discute, assim como repensar também a governança do espaço urbano, todos os aspectos a serem contemplados naquilo que está se colocando como uma nova revisão do Plano Diretor que tem perpetrado uma série de resistências, de questionamentos e que introduzem justamente a dimensão daquilo que tem que ser fundamental, ou seja, reduzir a vulnerabilidade, aumentar a inclusão social, reforçar de toda forma as urbanizações precárias. Já que de certa maneira nós não podemos ir colocando tudo isso em um contexto no qual, além da já existente desigualdade, o aumento que a pandemia tem provocado em termos de pobreza urbana e de vulnerabilidade. Então, nesse sentido, nós precisamos avançar cada vez mais na gestão preventiva, mas com métodos mais participativos, não trazer receitas prontas, mas escutar, ter mais diálogo com a sociedade e com as comunidades. Eu queria aqui abordar um pouco o tema dos desastres, o foco em resiliência climática urbana e problemas no território. E uma das questões estratégicas é justamente a articulação entre as diferentes secretarias da administração municipal, não apenas da defesa civil, e na escala regional com foco nas interdependências dinâmicas no contexto das bacias hidrográficas. Isto demanda a forma participativa que aproveita o conhecimento da sociedade para a governança dos riscos com mais pessoas. Ou seja, a dimensão do risco obviamente que nos traz mais uma vez à tona essas desigualdades e ao mesmo tempo a incapacidade de dar respostas que implicam fundamentalmente melhoria das condições de moradia. Ou seja, todos esses aspectos que têm se acumulado ao longo do tempo precisam de soluções, precisam de resposta e nós não podemos colocar sempre a responsabilidade nas pessoas que moram em áreas precárias, porque isso está associado a sua condição socioeconômica, a sua dificuldade efetiva, e que com a pandemia se acentuam ainda mais, está se mostrando agora resultados de pesquisas que explicitam como as pessoas que têm que sair de casa têm sido mais afetada diretamente e fazem parte do número mais significativo de óbitos provocados pela pandemia. Aqui, também dentro do projeto, e como resultado, eu não trago muito os detalhes, mas nessa publicação que nós estamos lançando no dia de amanhã, é a publicação que se denomina Inovações para o Planejamento da Macrometrópole Paulista Face à Emergência Climática, nós temos um conjunto de artigos e, dentre eles, eu destaco o artigo do professor Edmilson Dias de Freitas, do IAG, e Tamires Luiza de Oliveira Brandão Campos, que falam eventos extremos de precipitação e temperatura do ar obtidos no CMIPS sobre a Macrometrópole Paulista. E esse CMIPS, eles trabalhando com essa modelagem e buscando justamente esse diálogo com a Macrometrópole Paulista, vem demonstrando esses eventos extremos mensais de precipitação. Também publicamos um artigo que podemos compartilhar que chama *Why do extreme events still kill in the São Paulo*, que justamente, também em um trabalho interdisciplinar entre pesquisadores na área de tema de planejamento territorial, de temas da governança e da métrica climática, ou seja, dos indicadores climáticos, indicam a gravidade que se acentua nesses eventos extremos e aonde se localizam, por exemplo, os eventos extremos quando eles acontecem. Nós não temos tido muito porque efetivamente o que estamos vivendo mais é o evento extremos da falta e não do excesso. Mas não deixa de ser um evento extremo, porque obviamente quando convivemos com a crise hídrica de 2014/2015, nós verificamos exatamente a preocupação que nos tomou a todos, de quais seria a resposta independente da escala de iniciativa, de transposições que foram realizadas. Mas nós

observamos que se concentra por longos períodos de dias secos, aumentando o total anual de precipitação. Eu não estou entrando em muitos detalhes dos quadros e das figuras da pesquisa, mas eles estão disponíveis. Bom, aqui tocamos em um ponto que eu acho que, pelo que Leandro complementa daqui a pouco, na governança adaptativa. Necessidade de controlar a ocupação urbana. Nós estamos vivendo um problema sério da ocupação urbana irregular e de todos os contraditórios em áreas de mananciais. Por outro lado, temos que promover o fortalecimento de ações preventivas, pautadas pela lógica da sustentabilidade e equidade. Precisamos avançar em transversalidade de ações, gestão transparente participativa. Durante a crise hídrica, um dos aspectos mais questionados foi a falta de transparência e isso obviamente reduz até uma possibilidade de gerar mais corresponsabilização, mais compromisso e mais confiança da população. Importância de enfatizar lógicas cooperativas e descentralizadas e de soluções integradas. Quando eu falo da gestão transparente e participativa, também inclui um aspecto que eu tenho trabalhado muito que é a dimensão da aprendizagem social. O quanto que nós temos que estar constantemente compartilhando conhecimento, reduzindo a tutela e promovendo justamente ações que mostrem o potencial que a sociedade tem de se envolver, de participar e inclusive de mudar seus comportamentos. Porque tem sido sempre uma questão, e nós estamos observando isso agora com a pandemia. Ou seja, os dados do negacionismo mostram exatamente a dificuldade de lidar com valores e de lidar com práticas da sociedade.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Só para avisar que professor Leandro Giatti já conectou.

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** Obrigado. Então dentre as ações necessárias, é fundamental que fortaleçamos os quadros regulatórios locais para permitir respostas integradas em ações pautadas pela resiliência em adaptação a mudanças climáticas, como é, por exemplo, o trabalho que o ICLEI tem desenvolvido globalmente. Trazer também a discussão das economias verdes urbanas inclusivas, porque uma das questões também importantes é que nós reduzamos ao máximo o risco de gentrificação verde, de que haja iniciativas que podem promover ações que aumentem a utilização de espaços, mas que podem ser gentrificadoras. Por outro lado, também é fundamental aumentar a lógica prevalecente de mobilidade urbana. Nós temos visto que tem sido muito lento o avanço para reduzir o uso do automóvel. O fortalecimento de redes de intercâmbio de conhecimento para ações colaborativas eu considero que esta é uma atividade em rede para justamente promover cada vez mais esse diálogo entre ciência e gestão pública e sociedade. Sem essa informação, sem esse conhecimento, as pessoas permanecem no senso comum que às vezes podem ser muito manipuláveis. E essas ações precaucionárias, os desafios que temos de avançar em ações precaucionárias e que elas têm que ser cada vez mais, a partir de diálogos horizontais e a capacitação de atores sociais chave. As experiências locais, nós podemos observar que tem muitas experiências que avançaram quanto à sustentabilidade, e que os governos locais se convertem em incubadoras de inovação, em implementação em escala e agente de mudança porque, quanto mais próxima está da esfera de governo, maiores suas possibilidades de diálogo. Aqui eu trago esse olhar daquilo que eu me

sinto muito comprometido, buscar as soluções que efetivamente promovem mudanças e transformações. Que estão associadas ao fortalecimento de cooperação descentralizada, apoio à criação apropriada de quadros regulatórios locais que permitem as soluções urbanas integradas que fortaleçam o desenvolvimento de ações pautadas. E o fortalecimento de redes nas suas ações que conectam os líderes locais, de modo a facilitar o intercâmbio de conhecimento, capacitar e promover a ação colaborativa. Nós precisamos, portanto, de um novo modelo de governança ambiental. Esse redesenho ao qual eu me referi, incluindo as políticas setoriais e a sustentabilidade socioambiental, as ações ambientais, ações da Secretaria do Verde precisam estar muito mais transversalizadas. Lamentavelmente sempre a Secretaria de Meio Ambiente, em geral, acaba ficando quase que no segundo plano e há uma enorme dificuldade em transversalidade. Nós temos agora uma experiência interessante em Niterói, que criou uma Secretaria de mudança climática, o que é um avanço, uma novidade. E é muito importante porque ela permitirá justamente avançar nessa transversalidade. É fundamental também pensar na transformação cultural, no fortalecimento da comunidade prática e da aprendizagem social. Implementar política de planejamento que leve em conta desigualdades. Implementar programas e projetos de recuperação de áreas degradadas pela mudança de uso e ocupação do solo. Ampliar as áreas verdes, melhorar a qualidade do ar e da mobilidade urbana. E universalizar, qualificar os serviços de saneamento nas regiões habitadas pelos mais carentes. Então, nesse contexto, me parece que hoje temos um potencial importante de sensibilização, de mobilização. É uma dimensão pedagógica e de inclusão com a implementação dos ODSs. É claro que as metas desses ODSs não serão cumpridas de forma satisfatória, mas nós precisamos estar permanentemente atuando de forma recorrente para trazer esses ODSs e fazer esse diálogo dos ODSs com diferentes dimensões que hoje estão colocadas, das descarbonizações, das parcerias, da articulação com diferentes agendas públicas da educação e da saúde, obviamente do clima e também esses ODSs associados no caso à Macrometrópole, também com o tema dos oceanos e das regiões costeiras. Aqui em conclusão quase dizendo que a transparência é um estímulo a corresponsabilização, que é cada vez mais importante fortalecer a participação pública no processo de tomada de decisão. Esses processos de participação pública têm sido bastante desqualificados, porque trazem receitas prontas muitas vezes. E também porque a falta de transparência e o acesso à informação impede que os atores interessados possam se apropriar da política, e então engajar-se e cooperar em direção a ações de mitigação e solução. Sabemos também que muitas vezes essas dinâmicas de participação são permeadas por conflitos político-partidários, mas temos que conviver com isso e precisamos lidar cada vez mais com o processo no qual a cooperação e a corresponsabilização sejam fundamentais para garantir um acesso cada vez mais qualitativo aos recursos comuns. Então eu agradeço o apoio da Fundação de Pesquisa, como parte do projeto temática em andamento e é um trabalho que nós entendemos que temos uma contribuição muito importante e a nossa preocupação é ter um máximo de transparência, de visibilidade de toda a nossa produção. E para isso também eu recomendo que vejam tanto o site [macroamb.org](http://macroamb.org) como o Facebook do projeto. Muito obrigado pela sua atenção e estou aberto aqui a discussões.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada, Pedro, pela apresentação. Você certamente traz....

**Leandro Luiz Giatti (FSP-USP):** Alô, estão me ouvindo?

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Estamos ouvindo você, Leandro.

**Leandro Luiz Giatti (FSP-USP):** Estou perdido pelas ondas aqui do mundo digital. Bom dia a todos. Meus cumprimentos ao Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia, saudações a todos. Obrigada Laura pela oportunidade e também o meu agradecimento ao Pedro, porque ele na verdade me incluiu nessa iniciativa e também fez essa apresentação, preparou os slides e tudo, eu cheguei atrasado, então eu não quero chegar no ônibus e sentar na janelinha.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Você tem alguma coisa para acrescentar?

**Leandro Luiz Giatti (FSP-USP):** Sim, eu queria falar um pouquinho mais sobre o livro. Porque o convite foi motivado pela divulgação do livro que o Pedro comentou, Inovação para a Governança da Macrometrópole Face à Mudança Climática, à emergência climática. E justamente por causa dessa questão de emergência climática nós estamos aqui. E o Pedro estava reforçando bastando sobre a produção do projeto Macroamb, e o livro como produto de contribuição dos pós doutorando que estão ligados ao projeto. E o livro em si agrega conhecimentos bem distintos, e nessa tentativa interdisciplinar, para dar um destaque, acho que nós temos um capítulo para chamar atenção que é do Pedro Henrique Torres, um grande contribuir desse projeto, pós-doutorando, e ele fala sobre a dificuldade de reconhecer o território da Macrometrópole. E não só reconhecer, como também entender a Macrometrópole como algo que precisa de uma estrutura de governança compatível com a sua complexidade. E eu acho que o projeto Macroamb que o Pedro lidera e que nós participamos traz muito desse desafio. Porque lá atrás, quando nós começamos a trabalhar esse projeto, na concepção dele, nós víamos a Macrometrópole, ou eu pelo menos, via a Macrometrópole como esse amplo território urbano interconectado pela escassez hídrica, uma escassez interdependente. Então acho que isso motivou muito, porque o Pedro também já tinha muita tradição de trabalhar com governança dos recursos hídricos, e nós seguimos nessa toada. É claro que a Macrometrópole é muito mais. E nisso a cidade de São Paulo é, não só um polo atrator desse crescimento macrometropolitano, mas a cidade de São Paulo também deve ser vista como um polo de inovação da sustentabilidade. Então se nós nesse Comitê, no âmbito do Município, discutirmos muito os desafios da cidade, não dá para desconsiderar que as inovações, as coisas positivas que são criadas aqui precisam ser ampliadas, porque o problema urbano não se resume só a cidade de São Paulo. Realmente é um problema urbano nessa interdependência desse amplo território macrometropolitano. E aí nós temos alguns temas que vamos trabalhar, mas acho que vai ser melhor abrir para o debate, certo Laura? E o tema está adiantado, então agradeço novamente e devolvo a palavra.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Está bom. Obrigada Pedro, obrigada Leandro e obrigada a toda a equipe que está por trás disso tudo. Hoje nós temos o ponto número dois da pauta,

então nós não podemos nos estender por demais, mas a palavra está aberta para todos os membros do Comitê do Clima. Pergunto se alguém tem alguma pergunta para endereçar ao Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP) ou ao Leandro Giatti.

**Sonia Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Pode ser um comentário?

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Quem está falando?

**Sonia Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Soninha. Tudo bem? Vou falar daqui a pouco sobre relações internacionais, mas falar de outras passagens minhas pela área pública. Eu fui Subprefeita da Lapa. E nós temos sempre desafios em questões como essa, em lidar com o que precisa ser menor e o que precisa ser maior. Então quando falamos de Subprefeitura Lapa, estamos falando de uma imensidão de coisa, são seis distritos: Leopoldina, Barra Funda, Jaguaré, Perdizes, Jaguará. Cada um com o seu desafio e uma Subprefeitura, cada distrito desses é uma enormidade. Então eu estou na Sub-Lapa, mas Leopoldina e todos os problemas ligados aquela região são da Subprefeitura da Lapa. Ao mesmo tempo, a Lapa faz limite com Osasco em mais de um ponto. Então nós precisamos muito de instâncias de governança que sejam menores e de instâncias que sejam maiores. Sem falar na tal da transversalidade. Então é muito legal isso, Niterói tem uma Secretaria de Mudanças Climáticas. É muito legal ter um Comitê como este. Mas aí o que esse Comitê é capaz de fazer e até que ponto nós conseguimos interferir nas normativas. Como se não bastasse a divisão federativa das coisas. E eu conheci recentemente uma iniciativa de Amsterdam, porque nós fazemos isso o tempo todo em RI, conhecendo intercâmbio de experiências, que Amsterdam tem tipo uma Secretaria da Água e é fabuloso porque, nesse aspecto da água, nós temos tudo muito desconectado, nós temos a gestão, tem o contrato de abastecimento e saneamento com a Sabesp. Tem a subprefeitura, Siurb, lidando com a infra urbana, macro, micro, da parte da drenagem. E tem a Amlurb cuidando dos resíduos sólidos. Quer dizer, o nosso saneamento ambiental está todo despedaçado. E aliás a Secretaria do Verde mal lida com isso, com resíduos sólidos, com drenagem. Então é super desafiador construir essas instâncias que deem conta da transversalidade, da intersetorialidade e de geografias menores e maiores convivendo juntas. E amei a apresentação, muito obrigada.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Pedro, Leandro?

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** Olha, agradeço muito a Soninha, realmente essa é a grande questão: as secretarias precisam deixar de ser feudos. As secretarias precisam ter uma compreensão dessa palavra que nós usamos, e não é chavão, que é complexidade. Ou seja, as interdependências existem, e como você bem disse, você colocou tanto na escala da Lapa... Eu moro na subprefeitura da Lapa, eu moro nas Perdizes, então eu acompanho bem, conheço as iniciativas, participo do Instituto Cinco Elementos, colaboro, acompanho todas as experiências de compostagem. Por sinal, hoje estamos lançando um livro, junto com minha mulher, Gina Rizpah Besen sobre os 10 anos da política nacional de resíduos sólidos. Um livro que também estará disponibilizado online, artigos de todas as partes do Brasil. Mas eu queria retomar, ou seja, sem querer dizer "vamos imitar Amsterdam", porque



não seremos Amsterdam, não seremos. Mas, sem dúvida, podemos ter elementos que permitam fortalecer a transversalidade. E aí eu vejo que temos que pensar muito na formação das novas gerações que vão ser os gestores públicos. Tem que ser gestores cada vez mais com uma visão cada vez mais transversal e que vão assumir isso, mesmo que venha ter conflito com a cultura política da gestão pública. Porque nós estamos lidando com isso, com a cultura política da gestão pública, ou seja, nós não podemos falar apenas que a mobilidade urbana está associada somente a redução das emissões. A mobilidade urbana está associada a criar melhores oportunidades para as ciclovias, melhores condições para o transporte público, para um uso mais adequado. Inclusive, agora, nós estamos vivendo uma situação meio desconcertante, rodízio das nove da noite às cinco da manhã. Outro dia eu até estava dizendo "Qual é o horário do meu rodízio?", eu me perdi no meio dessa questão. É até compreensível a opção que se fez, vamos dizer assim, no *mindset*. Mas trazer justamente essa dimensão do que hoje nós temos que colocar como uma agenda fundamental, é preciso que se avance e que se valorize uma Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que dialogue mais com resíduo, com água e com saneamento. E obviamente estamos falando sobre biodiversidade. Então eu acho que sua contribuição, Soninha, é muito importante e nos sinaliza para algo que nós não podemos desistir, nós temos que avançar, seja nos termos que quisermos usar, soluções baseadas na natureza, nas diferentes maneiras de promover a economia circular. Aí eu até trago um pouco a agenda do ICLEI, que eu acho que ela é muito contemporânea, não porque ela lida com resiliência, com redução de emissões, com economia circular, com soluções baseadas na natureza e equidade. Que de certa forma teria que ser a agenda de uma Secretaria do Verde, teria que ter efetivamente esse olhar muito mais integrado, articulado e transversal. Leandro, você quer complementar?

**Leandro Luiz Giatti (FSP-USP):** Sim, rapidamente. Obrigado também, Soninha, pelo comentário, ele instiga bastante, porque eu sou a favor de fortalecer a autonomia dos governos locais, evidentemente. Mas eu não acho que isso por si só garante a necessária convergência para a gestão dos atributos ecossistêmicos. Ou seja, não há uma gestão de um problema ambiental na Lapa, que se acaso Osasco esquecer desse mesmo problema ambiental, vai livrar a Lapa das consequências desse desequilíbrio ecológico. Então nós temos trabalho, por exemplo, com a questão dos atributos ecossistêmicos que dão suporte a vida na Macrometrópole. Eles são escassos, e a Macrometrópole, como um processo urbano que não cuida suficientemente desses atributos ecossistêmicos, a Macrometrópole tende ao colapso, por causa da escassez de recursos de suporte à vida: água, microclima, poluição atmosférica, redução de risco de desastre etc. Então a Macrometrópole tem que olhar conjuntamente e achar formas de gerir, para além das divisões políticas, formas ecológicas de gerir esses problemas que perpassam esses limites administrativos.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Alguém levantou a mão? Você está sem som Rodrigo.

**Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete da SVMA):** Agradecer ao professor Pedro, um prazer ver você novamente, Leandro. E aí só destacar rapidamente que estamos nesse exato momento com a

oportunidade de transformar em realidade o sonho da Secretaria de muito tempo, que é ser efetivamente transversal. São Paulo tem criado a Secretaria de Mudanças Climáticas, aguardando a nomeação do seu titular. Tem uma proposta efetiva de aterramento do Plano através de um decreto e temos um Plano que é extremamente moderno que torna transversais todos esses problemas que foram levantados, que estão previstos no Plano. E tornam transversal a atividade e a função de proteção do meio ambiente, de sustentabilidade e resiliência. Está na pauta da Secretaria sim todos os assuntos. É que nós precisamos superar o *mindset*, nós precisamos superar uma tradição que não é das melhores, tradição de que cada um cuida da sua caixinha e não olha muito para o lado, porque o lado vai me perturbar. Então eu não vou olhar muito para o Verde porque o Verde vai fazer pedido esquisito. Então nós vamos em frente aqui fazendo gabião e colocando asfalto e não vamos perguntar para eles pois vão falar para não fazer isso. Mas, só um comunicado, melhorou muito isso, as conversas com as secretarias parceiras, Siurb, Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Licenciamento, estão em um momento muito especial em decorrência do que estamos vivendo. Não dá mais para olhar para um lado só, temos que olhar tudo holisticamente, olhar tudo em conjunto e tentar achar uma solução mais abrangente. E para terminar, eu gostaria muito que alguém arrumasse uma solução para a gestão da Macrometrópole. Eu desde a época que trabalhei na Câmara escuto esse debate, de tentativas de reunião e entrelaçamento entre as prefeituras da Macrometrópole, os Comitês de Bacias se dividem em dois, três, quatro e não percebem que as bacias se interligam em um determinado momento e que tirar água de um lado e colocar no outro dá problema. E por aí vai. Então esse problema da Macrometrópole, se não for enfrentado, por mais que São Paulo faça, nós podemos avançar muito, nós vamos ficar em um gargalo, porque no fim das contas nós estamos no meio disso tudo. Então era só isso que eu queria comentar, obrigado.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada. Espera um pouco Pedro, deixa eu só fazer um comentário. Nós temos 3 pessoas inscritas para endereçarem perguntas, nós temos ainda uma pauta a cumprir, então eu vou fazer com que mais uma pessoa enderece uma pergunta e depois vamos começar a agir em bloco, para fazer render o tempo. Então a próxima pessoa inscrita era a Vânia Cristiane, de SEHAB.

**Vânia Cristiane Flores Salinas (representante de SEHAB):** Só queria fazer um comentário que é o que temos discutido um pouco todo esse tempo. Eu acho que o grande problema que temos dentro da Secretaria é sim a setorialização. E aí a dúvida é: como nós criamos essa ação? Porque temos tanto a ação legal, que eu acho que tivemos um grande avanço fazendo o Plano de Ação de Climática, eu acho que isso foi algo que nós vencemos. Porém, existe a questão orçamentária também. Como nós deslinda a questão da execução com o orçamento? Porque cada Secretaria é setorializada, então muitas vezes para essa ação ser conjunta, essa briga de dinheiro, de exercício, como ela fica? E aí só fazendo um comentário no que a Soninha colocou, de às vezes criar uma Secretaria que lida com as águas, a minha experiência de secretaria de Prefeitura de São Paulo tem sido que quando você setorializa cada Secretaria, mais dividida ela fica. Então eu acho que o nosso grupo, Comitê, ele é importante porque nós achamos dialogando e dividindo essas problemáticas. Mas a questão da gestão interna, com os

superiores que mudam a cada certo tempo, e não temos uma autonomia grande nessas mudanças, acaba sendo um fator que barra muito. Porque nós andamos, o grupo tem um consenso, tem um diálogo muito grande, só que nós barramos na vontade. Temos muita vontade de fazer, tem um amplo conhecimento, porque temos especialistas em todas as áreas, mas como fazer isso andar adiante. E eu acho que essa é a grande questão que fica nesse meio tempo.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada Vânia. Pedro, Leandro, vou passar a palavra para vocês, lembrando que nós vamos ter mais um bloco de perguntas e aí encerramos esse ponto de pauta. Pedro e Leandro, a palavra é de vocês.

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** Obrigada, Rodrigo, pelas suas observações. Eu sempre quero ser otimista e dizer que vamos, dentro da escala do possível, avançar e superar alguns desses impasses. Alguns são muito mais complexos, a lógica institucional precisa ser repensada efetivamente. Nós também podemos dizer que nem sequer temos gestão metropolitana. Podemos ter a gestão metropolitana na área de transportes, e a Sabesp fazendo, como empresa, uma gestão metropolitana da água, mas não do ponto de vista, dentro dessa limitação que você está mexendo a cabeça e dizendo. Ou seja, efetivamente, esse é o grande nó da cultura política para a gestão pública, ou seja, isto precisa ser rompido. E aí, vai ser muito importante que nós tenhamos cada vez mais quadros técnicos que tenham uma outra capacidade de perceber isso, além das lideranças, obviamente. Ou seja, nós perdemos o Bruno Covas, que tinha uma visão muito mais articulada, esperamos que o novo Prefeito possa dar continuidade nessa direção. E São Paulo vir a ser também uma liderança na inovação, mas tem que realmente reforçar essa dimensão da transversalidade. Porque o que nós temos que lidar é justamente com algo que no meu ponto de vista é fundamental: a lógica antecipatória aos eventos extremos. Essa lógica antecipatória precisa estar claramente cristalizada, não só na gestão pública, mas na sociedade. Nós não podemos trazer a questão do evento extremo quando ele está quase por acontecer. Então se hoje muitos pesquisadores e cientistas estão abordando esse tema, estão sendo entrevistados na mídia sobre o tema, não é porque estão querendo promover o catastrofismo, mas porque estão sinalizando a necessidade de antecipação. E qual é essa possibilidade de antecipação? O PCJ, por exemplo, está muito preocupado com isso, porque a água do PCJ é fundamental para a nossa Bacia do Alto Tietê. Então essa interconexão precisa ser cada vez mais presente, inclusive quando falamos de gestão metropolitana e isso está fazendo muita falta. E a extinção da Emplasa, a perda de clareza com relação ao que será o PAM, independente de que ele sinalizou investimentos, também tem que nos preocupar, porque o PAM era justamente uma sinalização para entender essa visão.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Pedro, por favor explica, nem todo mundo sabe o que é o PAM, fala o nome completo.

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** Plano de Ação Macrometropolitana que foi proposto pela Emplasa, e que com a extinção da Emplasa nós não ouvimos mais falar e que também não temos clareza como

o Governo do Estado de São Paulo vai lidar com essa questão. A Macrometrópole não é uma miragem, ela, independente da institucionalidade, ela existe pela existência de 174 municípios, 174 prefeitos, população de 174 municípios e toda essa interconexão hidrográfica, que é fundamental. Uma conexão daquelas bacias que recebem água limpa e daquelas bacias que enviam água suja, como é o caso do problema do Médio Tietê, por exemplo. Então, eu passo agora a palavra ao Leandro que talvez queira complementar um pouco essa questão.

**Leandro Luiz Giatti (FSP-USP):** Está bom. Bem rapidamente agradecendo e tentando complementar aquilo que o Rodrigo e a Vânia trouxeram. Esses desafios com os quais nós estamos lidando são inovações necessárias, mas remetem a problemas de âmbito global, não é só São Paulo que sofre com a falta de transversalidade das políticas. Por isso também acho um papel importante de ver as competências que nós temos e as potencialidades, em um município como São Paulo. Então a inovação parte daqui, nós aqui temos uma grande equipe, temos pessoas bem formadas, engajadas, então acho que também do outro lado temos esse polo de inovação. Agora nós temos que transversalizar também não só entre os setores administrativos, isso é um problema que remete a divisão dos saberes da modernidade. Então é um desafio multissecular fazer um trabalho realmente intersetorial. Mas agora também temos que pensar em transversalizar no território, na Macrometrópole. E eu quero comentar aqui que nós tivemos uma certa contribuição, porque eu orientei o Paulo Mantey Caetano, que é da Secretaria de meio ambiente, algum de vocês deve conhecer ele. E ele estava com um grupo lá da Secretaria que implementou a cota ambiental na lei de parcelamento do solo de 2016, nós consideramos isso uma grande inovação. Porque além de tudo desses aspectos que vocês trouxeram, também tem as forças de poder e os atores dos *stakeholders*, que sempre estão na mesa e que tem poder na decisão. Então no caso da cota ambiental foi uma inovação que também teve que mexer com o alto poder do mercado imobiliário, e conseguiu achar uma brecha, uma oportunidade política. E eu até estou falando disso porque nós conseguimos escrever um artigo e hoje eu recebi a informação de que ele foi aprovado, então logo vai ser publicado, e quero compartilhar com vocês. Mas a nossa expectativa é que essa experiência seja reproduzida, ela ganha sentido na Macrometrópole e ganha sentido também de inovação no campo internacional, porque são problemas de todas as cidades do mundo, não são problemas só nossos.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada. Leandro, vou passar para o último bloco antes de seguirmos a nossa pauta para a segunda apresentação. Então inscritos em primeiro lugar a Tais Brianezi, representante da Secretaria de educação e o Ronaldo Malheiros Figueira da Secretaria e Subprefeituras. Então primeiro Thaís.

**Thaís Brianezi (SVMA/Umapaz):** Obrigada, Laura, é um prazer ouvir o Pedro e o Leandro e aqui eu já falo com chapéu de Umapaz, porque acho que temos uma oportunidade esse ano, mas que também é um desafio na linha que a Soninha colocou, que é a construção do nosso Programa Municipal de Educação Ambiental. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente se propôs, como uma das ações deste ano, essa construção. E eu acho que ela vai ter, Pedro, eu queria te ouvir, como ele pode

contribuir para esse desafio de multiplicar o pequeno, territorializar a transversalidade aí da Soninha e do Leandro, sem perder de vista essa necessidade de conexão. E ao mesmo tempo, como nós podemos pensar em trazer também a vertente da aprendizagem social que a ação da educação ambiental, não só pela Umapaz, mas essa ação conectada, que o Programa pode ser um dos indutores. Pensar a educação ambiental para aprendizagem institucional, aprendizagem social e institucional, inclusive na própria Prefeitura. E aí antes de passar, como o Leandro falou de inovação eu não posso deixar de falar que nós temos uma inovação na Prefeitura, uma política pública internacionalmente reconhecida, Soninha já deve ter até ouvido falar, que é a EduComunicação. Então eu acho que também utilizar, pensar... E aí aproveito para fazer uma propaganda, que hoje a associação brasileira de educomunicação, coordenada pelo professor Ismar Soares, da ECA-USP, tem uma *live* às 17 horas, justamente sobre educomunicação e ecologia integral. E eu vou participar. Eu só não compartilho o link porque estou sem o chat. Mas acho que minha pergunta é: como aproveitar essa oportunidade da elaboração do Programa Municipal de Educação para dar conta e contribuir para o enfrentamento desses desafios.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada, Thais. Como eu disse, Pedro e Leandro nós estamos fazendo em bloco. Você manda o link, dependendo se for a tempo, nós distribuimos para as pessoas. E a segunda pessoa é o Ronaldo Malheiros. Ronaldo?

**Ronaldo Malheiros Figueira (representante de SMSUB):** Professor, eu queria dar parabéns pela sua apresentação, foi brilhante. E o senhor tocou em um ponto importante que foi a questão da governança, principalmente no enfoque metropolitano. Quer dizer que eles têm um Plano, muito bem discutido, que é o PDUI, que estava buscando essa governança metropolitana, infelizmente está parado no Governo do Estado. Também queria reforçar que o grande problema dessa questão é criar nos municípios uma estrutura, não precisa ter uma nova estrutura, mas é empoderar uma estrutura simples que possa abarcar a visão que hoje é fragmentada, para começar a pensar em uma governança metropolitana, sobretudo trabalhar nos municípios essa mudança de visão da gestão de riscos e desastres. Então eu acho que o caminho é esse, queria ver o que o senhor acha disso, como você está enxergando os municípios, olhar essa questão de governança na contramão do que hoje é a gestão de muitos deles de forma fragmentada.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada. E aí Pedro e Leandro eu vou embarcar nesse bloco levando uma pergunta minha que é a seguinte: quando nós falamos de espaços, de chegar até o cidadão a riqueza da vida, das comunidades, e como comunidades que não quero dizer uma atenuação da palavra favela, eu quero falar das comunidades em geral do mundo, as favelas inclusive. É uma coisa dos espaços e dos territórios, isto é, o território físico. Nós vivemos em um conflito, não chegamos em lugar nenhum, será que a questão não é que estamos olhando territórios errados, estamos olhando geograficamente, em realidade não seria território de poder que nós temos que discutir?

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** Leandro, você quer começar a responder?

**Leandro Luiz Giatti (FSP-USP):** Bom, eu acho que uma questão importante do processo que nós vivemos, dessa contemporaneidade, urbanização e com essa forma de saberes hegemônicos da modernidade, nós fomos nos desconectando do mundo. Então o cidadão urbano ele não está necessariamente como antes do pessoal do passado rural, não acho que o mundo tem que voltar para o rural, mas antes o pessoal tinha melhor noção de escassez e interdependência de recursos. E hoje nós vimos a água saindo da torneira, aquela questão que temos visto ser discutidas. Então eu acredito que um modo geral, tanto nos indivíduos, nas comunidades, todas elas, urbanas como também as unidades administrativas desses conglomerados urbanos, têm que se reconectar na forma de entender as lógicas sistêmicas a que pertencem. Então remete àquilo que o Pedro estava falando na apresentação, de uma governança adaptativa, processos de aprendizagem social, onde é necessário que dê um ao outro entre os atores sociais. E esses processos evidentemente têm que ser constituídos em uma luta constante, que é uma luta política, por participação, porque participação social não é abrir para conferências de fórum e controle social, ou audiências públicas. É realmente buscar legítima participação. Porque nessas formas de organização que nós temos, que em princípio são boas e includentes, ainda sobressaem só aqueles poderes mais organizados, aqueles que tomam conta. O cidadão de fato tem pouca chance de uma real e legítima participação. Os problemas são muitos, mas acho que nós temos tido chance de evolução. O próprio Município de São Paulo tem sido apontado desde a última revisão do Plano Diretor, como um modelo participativo mais includente. Agora nós estamos tendo novamente a discussão de revisão, ontem inclusive eu vi na CBN, e o pessoal está criticando entre postergar, por causa da situação da covid, postergar ou não postergar, por causa justamente porque, se dissermos participação digital, não é garantido que todos vão participar e que vai ter realmente equidade. Enfim, são os temas atuais e também acho que é positivo que estamos tratando deles, estamos aprendendo com tudo isso. Acho que é isso, Pedro.

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** Bom, obrigado, Leandro. No primeiro das relações de poder, sem dúvida elas têm pesado na lógica participativa. Ao mesmo tempo, mesmo antes da pandemia, nós observamos um arrefecimento da mobilização social, da organização social. Nós temos percebido isso ao longo do tempo, como se tivesse havido um cansaço participativo, até escrevemos um artigo sobre isso no jornal da USP semana passada. Isso de alguma forma está associado a uma desconfiança da população ou do movimento com a própria gestão pública, temos que olhar isso também. Ou seja, muitas vezes essa falta de diálogo, ou a dificuldade de diálogo, é um dado de realidade. Muitas vezes essas audiências públicas já vêm prontas, então isso desestimula também a própria participação. Eu acho que tem uma questão que é fundamental: nós precisamos ouvir mais, dialogar mais, paciência do ponto de vista de lidar com as dificuldades, com as desigualdades, com as assimetrias. O Leandro tem trabalhado com a exclusão cognitiva, não é uma palavra para parecer difícil, mas de fato essa exclusão cognitiva também provoca justamente uma perda da capacidade de interlocução, de engajamento. E obviamente também esse tema tem a ver com a discussão de governança, ou seja, a palavra governança não vem no vácuo. Ela vem como uma articulação entre diferentes segmentos.

Ou seja, muitas vezes essa resistência e essa refratariedade ela se dá também às vezes em principismo políticos. Então tem que se olhar para os diferentes atores, ouvi-los, não necessariamente concordar. Mas hoje é fundamental que dialoguemos muito com os agentes econômicos, porque se eles podem ter muito peso no processo decisório, e muitas vezes esse seu papel no processo decisório pode ser extremamente predatório, nós precisamos encontrar o caminho para rever essa lógica que pode ser muito predatória. O Leandro mencionou o mercado imobiliário, esse é um setor que ainda consegue ter potência dentro do quadro da pandemia. Agora, ele é um setor imobiliário para certos setores da população, de maior poder aquisitivo. Então nós precisamos rever isso também. Agora, Thais, muito obrigado, é bom te encontrar assim nesse céu azul que você está. De fato, essa dimensão da aprendizagem social ela não é simplesmente um termo, ou seja, não é uma palavra. Quando nós falamos da educação ambiental, eu prefiro falar da educação ambiental para alguma coisa e através de alguma coisa. E a aprendizagem social, de certa forma, implica em: lidar com as desigualdades, lidar com as exclusões, lidar com as agregações de atores, o envolvimento de atores com a ampliação de repertório. Repertório que precisa lidar com a diversidade de acordo com o público, e também não chegar com a receita pronta do que devemos fazer. Ou seja, o grande tema que se coloca hoje para esse diálogo entre a ciência e a sociedade em torno da mudança climática, é que tem sido muito problemático esse processo de convencimento, de percepção, de sensibilização em relação ao tema das mudanças climáticas e ele se torna muito potente na hora do desastre, ele se torna potente, mas ele é muito frágil na hora da prevenção. Até porque, escrevi um livro, que está online, junto com a Sâmia Sulaiman, que foi minha orientanda de doutorado, lidando com a questão do prevenir. Esse prevenir que obviamente a defesa está muito envolvida e busca também essa transversalidade, mas que é insuficiente. Ou seja, a gestão pública precisa estar muito mais presente. O que hoje está se fazendo em relação ao risco que pode haver de escassez hídrica. O que está se fazendo, como a sociedade recebe essa informação? Meios de comunicação estão trazendo a questão. A própria instituição, gestores estão trazendo essa questão. Ou seja, tudo isso é parte do processo de aprendizagem social, eu não tenho nenhuma receita pronta. O que eu acho que nós temos é repertório e experiência, e ela precisa ser compartilhada da forma mais democrática possível. E obviamente que uma instituição como a Umapaz tem que formar, vocês têm que formar pessoas que sejam multiplicadores. Eu já há muito tempo acho que a Umapaz tinha que ser descentralizada e que cada região tinha que ter seu espaço Umapaz, no sentido de que você não concentra em uma área muito bacana, mas o acesso não é fácil. Então você tinha que repensar também essa dimensão que não é um número excessivo de pessoas trabalhando, mas de multiplicadores, a partir inclusive do trabalho com as escolas, as escolas como incubadora da atividade e das práticas cooperativas e solidária de educação para a sustentabilidade.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada, Pedro. obrigada, Leandro. Exatamente isso que você estava falando: a Thaís colocou no chat o link para o evento que ela referiu. Então quem se interessar é só pegar aqui no chat o link. Bom, muito obrigada Pedro e Leandro. Como vocês podem ver tem um público aqui que está bem interessado no que vocês estão fazendo, então

por favor enderecem reflexões, proposições porque temos que ir adiante nessa história toda. A pandemia já mostrou como a nossa vida pode mudar definitivamente do dia para a noite. Então temos que ir nos preparando, aprendendo e se ajustando o quanto antes. Muito obrigada mais uma vez.

**Pedro Roberto Jacobi (IEE-USP):** Muito obrigada vocês pela oportunidade de compartilhar esse nosso trabalho também

**Leandro Luiz Giatti (FSP-USP):** Muito obrigado. E também uma última mensagem, nós também estamos interessados em saber tudo o que vocês têm feito também.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Estamos à disposição, lembrando que as discussões são públicas, podem espalhar. Bom, nós temos o ponto muito número dois da pauta, se vocês dois quiserem continuar são muito bem-vindos sempre. E vou passar a palavra para o ponto número dois da nossa pauta, que é a apresentação sobre compromissos internacionais de São Paulo, pela Soninha Francine (SMRI), que é Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Relações Internacionais da Prefeitura, a quem passo a palavra agora. É desnecessário mencionar que já foi vereadora, já foi Subprefeita da Lapa e uma série de outras coisas mais. Então Soninha, por favor, a palavra é sua.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Obrigada, Laura, se você puder me autorizar a compartilhar a tela, eu preparei uma exposição aqui também.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Só um momento, desculpe.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Sem problemas, está tudo meio esquisito hoje, ou sempre, essas plataformas. Eu só vi que eu estava sem autorização agora, senão eu já tinha pedido antes. Mas eu posso começar a falar enquanto isso sobre a Secretaria de Relações Internacionais. Eu com dois mandatos de vereadora mais oito anos aqui e ali do Executivo. Sabia muito pouco sobre a Secretaria de Relações Internacionais e fiquei muito impressionada com a quantidade de coisas que acontecem no âmbito das relações internacionais, e da Secretaria de Relações Internacionais. Então a nossa secretária municipal Marta Suplicy, que por essas sincronias do universo foi quem criou a Secretaria de Relações Internacionais quando foi Prefeita. Agora assume esse cargo a embaixadora Débora Barenboim Salej, que está conosco aqui na reunião, e é Secretária Adjunta e eu sou a Chefe de Gabinete. Destacando um pouco da estrutura da Secretaria, nós temos uma Coordenação de Assuntos Multilaterais.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Desculpe interromper, Soninha. Eu vou pedir, se você tiver essa condição, para você me mandar por e-mail, que eu subo a apresentação aqui e nós fazemos isso. Eu nunca vi isso acontecer. Eu tentei te autorizar e não encontrei onde, porque a reunião é pública.



**Tatiana de Vasconcelos Menezes Paz (SVMA/CMMCE):** Laura, ela está presente, há autorização para todos apresentarem, o Teams é que está apresentando problemas.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Então acho que vai ser mais simples via e-mail.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Vou mandar agorinha, enquanto eu vou falando aqui. Ele tem um nome esquisito, é *template* evento, vai chegar aí no seu e-mail. Pronto, teoricamente foi. Mas não tem importância, eu vou falando o que seriam os primeiros slides, que são menos visuais mesmo. Então como eu ia dizendo, nós temos a Coordenação de Assuntos Internacionais Bilaterais, a coordenadora é a Camila Gomes. Coordenação de Assuntos Internacionais Multilaterais em rede de cidade, a Marina Morais de Andrade, que está aqui. A Coordenação de Missões e Projetos Internacionais, coordenadora Tatiana Ruth Pontes Lima, imagino que esteja aqui também. As três coordenações-fim, digamos assim, da Secretaria de Relações Internacionais, tem outras assessorias técnicas, ligadas diretamente ao Gabinete da Secretária, mas foi difícil resumir o que dizer aqui na reunião, porque eu fiquei impressionada, é muita coisa acontecendo. Então o que nós fazemos? Em resumo: a Secretaria identifica e promove ações conjuntas de cooperação de interesse do Município, realiza ações de promoção internacional do Município, prospecção de recursos e ações de captação de investimentos e identifica oportunidade de projetos, premiações, ações, boas práticas nacionais e internacionais de interesse do Município. Então, em duas grandes linhas, bem simplificada, nós temos compromissos e parcerias diversas, de muitos formatos diferentes, em que a cidade de São Paulo é convidada a participar, aderir, a se comprometer; e aquelas em que nós procuramos oportunidades em nome da cidade de São Paulo, então isso em nível internacional. E em nível municipal, também existem essas duas direções. Muitas vezes a Secretaria de Relações Internacionais procura secretarias-fim e oferece oportunidade: olha, temos isso, a cidade de São Paulo foi convidada para participar disso. A Secretaria do Verde tem interesse? Secretaria de Educação, Secretaria de Direitos Humanos? E também acontece o contrário, as secretarias nos procuram com projetos, propostas, para que ajudemos a viabilizar, encontrar pares e parceiros. Então, como são muitas parcerias de muitas naturezas diferentes, é quase uma proposta, Laura e Comitê em geral: se em todo o Comitê de Mudanças Climáticas a Secretaria de Relações Internacionais tiver 10 minutos para descrever uma parceria sobre a qual não tínhamos falado ainda, ou para atualizar aquelas que já foram compartilhadas aqui, vai ter sempre alguma coisa para dizer. Então eu escolhi sobrevoar as nossas parcerias e detalhar algumas para vocês entenderem melhor esse escopo, essa variedade que existe. Agora, eu teria um slide bem visual, não sei se a Laura já conseguiu abrir a apresentação, acho que não. Mas eu vou pular esse bem visual e vou continuar falando, descrevendo algumas das nossas parcerias, especialmente as que têm mais relação com o tema deste Comitê, porque de novo, são muitos não só os formatos de parcerias, mas são muitos os temas. Então a Secretária Marta Suplicy determinou três grandes linhas de ações, parcerias e compromissos para a Secretaria de Relações Internacionais. Um eixo é o de sustentabilidade, mudanças climáticas, economia circular, soluções baseadas na natureza e assim por diante. O outro eixo é o de inovação, e claro que todos conversam entre si. E o outro de igualdade, com especial ênfase em igualdade racial e igualdade de gênero. Então

existem parcerias e acordos, mas com mais ênfases em um ou outro desses temas, direitos humanos de modo geral. Às vezes é mais focado em mobilidade, e assim por diante. Então nós temos por exemplo, Memorando de Entendimento com a ONU, visando estabelecer mecanismos de cooperação e estimular atuação conjunta e colaborativa em áreas de interesse comum. Tem alguns que são guarda-chuvas assim, mais abrangentes; e tem outros que são bem mais específicos, como um que nós acompanhamos agora a assinatura entre a Secretaria do Verde do Meio Ambiente e a ONU Habitat, voltado para uma parceria em torno de determinadas ações. Às vezes as ações são de diagnóstico, de mapeamento, de construção de indicadores, de construção de metodologia. Nós fazemos parte também do pacto de Milão sobre política de alimentação urbana. Nesse caso especial do pacto de Milão, a Prefeitura de Milão recebeu um recurso, apresentou um projeto para a União Europeia, a União Europeia aprovou e destinou alguns milhões de euros para a Prefeitura de Milão, que aí estabeleceu parcerias com várias cidades pelo mundo, para que recebessem esses recursos ligado a esse tema da segurança alimentar, do aproveitamento integral de alimentos. Então nesse caso, por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos é quem está executando um projeto de capacitação de jovens de baixa renda, de áreas vulneráveis, para tratar desse tema de segurança alimentar e aproveitamento de alimentos de várias maneiras, teóricas, práticas, como o desenvolvimento de um pequeno negócio, talvez, ou como uma forma de articulação comunitária. Nós temos a parceria com a *Bloomberg Philantropies* no caso do Projeto Ligue os Pontos, tanto no caso de Milão, como no caso do Ligue os Pontos, partiu da cidade de São Paulo um projeto se candidatando a um prêmio. Aí a cidade foi contemplada e o prêmio que vale também o compromisso de colocar isso em prática. Eu vou depois enviar a apresentação para vocês, para que todos consigam ter uma visão melhor disso tudo. Nós temos também o compromisso sobre a nova economia do plástico, esse até que foi bastante repercutido. Então às vezes o compromisso se desdobra desde a criação de uma instância de governança, até a criação de leis, por exemplo. Então eu fui vereadora, o Xexéu Tripoli foi o vereador que propôs a lei para acabar, proibir o uso de canudos de plástico de uso único, distribuídos gratuitamente nos restaurantes e lanchonetes. Então, a lei é uma forma de se reportar esse compromisso, e na Câmara Municipal o Xexéu lembrava desse compromisso para convencer os vereadores, falando assim: olha, é um compromisso assumido pela cidade de São Paulo, então essa lei está alinhada com aquilo que a Prefeitura disse que iria fazer. Nós temos inúmeras formas de trabalho conjunto com a Fundação Ellen MC Arthur, depois eu vou falar sobre algumas delas. Eu não sei se eu já falei isso, mas eu escolhi sobrevoar as nossas parcerias e depois dar um rasante em algumas delas. Nós temos acordo com o ICLEI, o professor até mencionou isso agora, temos parcerias e compromissos com o C40. E alguns desses compromissos já resultaram em ações que este Comitê conhece bem como é o caso da ferramenta de eficiência energética, que até foi apresentada aqui na última reunião. A ferramenta foi construída em parceria com a Rede C40. É uma forma de aplicar um diagnóstico de eficiência energética nos edifícios públicos e identificar oportunidades de melhorar a utilização de energia e obter dessa forma todos os ganhos possíveis, desde o ganho financeiro, monetário, até, lógico, o impacto ambiental positivo, e inclusive a mudança de cultura, que é sempre muito importante. Outro exemplo de parceria é exatamente aquele do PlanClima SP, que foi uma

parceria com a C40 e o governo britânico. Muitas vezes, essas redes, esses organismos multilaterais, não aportam recursos diretamente, mas trazem parceiros que fazem isso, que aportam recursos na forma de intercâmbio de conhecimento, de informações, de experiências e às vezes recursos financeiros mesmo. Então, de novo, alguns exemplos de parcerias e compromissos que São Paulo está envolvido hoje em dia. Tem o *Waste Wise Cities*, uma plataforma de intercâmbio, não sei se essa é a melhor maneira de descrever, em que São Paulo foi escolhida como a cidade que vai ser parceira da cidade de Praia, no Cabo Verde, que tem uma gestão de resíduos muito rudimentar, que até tem problemas parecidos com os nossos, a gente em São Paulo ainda lida com pontos viciados de entulho. Nós já temos sérios avanços nessa matéria, mas ainda queremos muito mais. Então a cidade de São Paulo foi identificada como uma cidade que, por meio da Amlurb, naturalmente, pode apoiar a cidade de Praia na adoção de algumas formas de gestão de resíduos em que já estamos mais avançados que eles. O C40 nos propôs, no começo do ano, a assinatura de uma declaração, compromisso, com a aplicação de soluções baseadas na natureza. A Secretaria do Verde foi convidada e aceitou em apresentar um projeto para um chamamento, uma convocatória da União Europeia, e que foi apresentado o projeto da Escola de Agroecologia de Parelheiros, que já existe em um formato mais incipiente, e que pode vir a se tornar uma escola com muito mais atividades e alcance. Então quem sabe nós conseguimos um projeto bem feito, esse recurso vindo da União Europeia. Em relação a Fundação Ellen Mac Arthur, como eu disse, existem várias parcerias em torno ou com a Fundação Ellen Mac Arthur como um eixo a partir do qual nós nos articulamos, a cidade de São Paulo recentemente foi promovida a cidade parceira estratégica da Fundação Ellen Mac Arthur. Então nós já tínhamos compromissos, alianças, e agora somos parceiros estratégicos. O que significa isso? A Fundação tem como parceiros estratégicos grandes corporações, grandes representantes do setor privado, do setor de TI e do setor de alimentos. E pela primeira vez tem três cidades como parceiras estratégicas, São Paulo, Londres e Nova Iorque. São Paulo aliás foi a primeira a assinar esse compromisso. Então isso eleva o nosso acesso a um intercâmbio cada vez mais amplo e profundo. Eu posso tentar passar a apresentação para outra pessoa que tenha o compartilhamento habilitado.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Pode ser. Eu não consigo. Na hora que eu fui abrir ele parou, continua girando, eu baixei o arquivo. Aí travou, não consegui te avisar. Não sei o que acontece. Mas pode passar para alguém. Passa para a Tatiana de Vasconcelos Menezes.

**Tatiana de Vasconcelos Menezes Paz (SVMA/CMMCE):** Passa para mim, isso, eu me habilito aqui.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Enviando. Tomara que dê certo porque tem algumas coisas mais visuais, se não nós continuaremos na próxima temporada. Deixa-me voltar aqui para o meu roteiro. Então, estava falando da Fundação Ellen Mac Arthur, nós como parceiros estratégicos, aumentamos a nossa responsabilidade e o nosso compromisso com a implantação dos princípios, dos métodos, da economia circular. Mas também aumenta o nosso acesso a parceiros diversos. E nós somos convidados, a cidade de São Paulo foi convidada a fazer parte de um grupo de trabalho de compras circulares, usamos esse termo porque isso já faz parte do nosso vocabulário aqui.

Mas, na verdade, seria talvez aquisições circulares. É mais do que comprar, quando pensamos em comprar, pensamos na aquisição de bens, de produtos duráveis, perecíveis. Mas é a contratação de serviços também. Então, São Paulo fará parte desse grupo de trabalho, representado pela Secretaria de Relações Internacionais e também por três outras secretarias: Educação, Subprefeituras e a Secretaria de Projetos Estratégicos que é ligado à Secretaria de Governo. E claro, a intenção é sempre ir além das caixinhas. É que precisaria indicar três secretarias para se envolver com isso. Mas a ideia é que isso permeia toda a administração municipal naturalmente. Tem a Aliança de Megacidades sobre a Água e o Clima que tem um evento essa semana, com um convite para São Paulo participar da segunda conferência global sobre água, megacidades e mudança global etc. Eu vou começar a detalhar um dos dois projetos que eu escolhi escrever em mais detalhes aqui para vocês também terem essa visão do tipo de coisas. A cidade de São Paulo tem um programa, que eu não sei se já foi apresentado aqui no Comitê, porque essa é a minha segunda reunião do Comitê, que é o programa gentileza urbana, vocês já conheceram? Acho que ninguém falou sim. Quer dizer, alguns conhecem, mas o Comitê ainda não viu uma apresentação sobre ele. O projeto Gentileza Urbana, em grande medida, trata da implantação de soluções baseadas na natureza para tratar especialmente de questões relacionadas à drenagem urbana, ilhas de calor, permeabilidade e assim por diante. Então, a Secretaria de Subprefeituras já vem fazendo isso. E como isso coincide com compromissos que São Paulo assumiu e quer ampliar em nível internacional, nós participamos da busca de recursos para que isso seja implantado em uma escala muito maior. Então dentro do Programa Gentileza Urbana, nós temos os jardins de chuva, que ampliam a permeabilidade urbana, melhoram o escoamento superficial. Então você segura a água um tempo, e isso minimiza as enchentes e alagamentos. Tem uma outra iniciativa muito legal que é o Vagas Verdes, em que vagas de estacionamento de automóvel são substituídas por jardins com árvores, com bancos, então é um avanço da calçada em direção ao viário tomando aquilo que seria uma vaga de estacionamentos. Nós já temos na cidade os *parklets*. É uma outra versão disso, mas dessa vez com uma área verde permeável arborizada. Já tem 21 áreas verdes na cidade. Tem os bosques de conservação urbana, tem o Bosque das Maritacas, que fica ali na região do Glicério, praticamente do lado contrário do rio Tamanduateí em relação ao Mercado Municipal, bem próximo ali. Era uma área de despejo de entulho. Saíram de lá caminhões e caminhões de entulhos, não era uma área oficial de despejo de entulho, era uma área que sofria com isso e hoje tem um bosque de árvores de espécies nativas, com uma ideia até da progressão, da sucessão que acontece em uma nova floresta, de um novo bosque. Então como ele foi recém implantado, ainda não está aberto para desfrutar do público, digo para entrar, mas já tem um benefício ali. Tem as valetas urbanas, que são poços de infiltração de até 1 metro e meio de profundidade, muito estreito na margem de uma calçada, como um canteiro mesmo, mas com mais profundidade, e permeáveis nas laterais, não é como as nossas bocas de lobo que conduzem a água para uma estrutura de concreto que vai despejar a água mais rápido lá na frente. Não, eles são permeáveis, então vão absorvendo a água lá na frente. Não, eles são permeáveis, então vão absorvendo a água gradualmente, porque nós não precisamos somente lidar com a água e a enchente que é o que nos atrapalha, mas nós precisamos reabastecer também o lençol freático e essas valetas têm essas características. Temos escadas verdes, em que

uma parte dos degraus é transformada em uma escada de canteiros, de modo que isso também vai absorvendo a água gradualmente e permitindo a percolação. Então esse programa Gentileza Urbana é um dos programas que foram apresentados para um possível financiamento internacional. E o outro programa sobre o qual eu quero falar é o Ligue os Pontos. Aí, eu queria tanto ter uma imagem agora. Tatiana, pelo jeito não abriu também o Power Point?

**Tatiana de Vasconcelos Menezes Paz:** Eu não recebi o e-mail até agora...

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Ah não brinca. Espera aí. Será que agora vai? Porque agora as imagens vão fazer muita diferença. Mande de novo, eu devo ter errado alguma coisa na hora de escrever o endereço. Se vocês quiserem aproveitar e perguntar alguma coisa enquanto isso.

**Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete de SVMA):** Posso só reforçar o que você falou, já que estamos em um Comitê? Às vezes as pessoas olham para as oportunidades que a Secretaria de Relações Internacionais oferece como mais um trabalho e não é. É uma forma de impulsionar e dar visibilidade para aquilo que cada Secretaria está fazendo. E é uma forma também de interligar as ações, de tornar transversal. É uma secretária que ajuda a dar essa transversalidade. E a parceria da Secretaria do Verde com a Relações Internacionais para nós é super necessária e é super bem vinda, então nós nos candidatamos a tudo, aqui veio e nós pedimos. E mostrar que São Paulo está fazendo, pode ser que não ganhe o prêmio, mas bate lá fora e as pessoas sabem o que nós estamos fazendo. Então eu acho que reforçar essa ideia de que tem coisa muito importante acontecendo. E só para dar um exemplo, isso que a Soninha está falando aí, da transformação dos espaços impermeabilizados nas cidades em jardim de chuva, escadas de chuva, espaços permeáveis, foi premiado em 2015 como uma grande intervenção urbana de Amsterdã. Só o que nós fizemos da Sé é maior do que eles já fizeram lá. Então tem muita coisa para mostrar. Eu só resalto assim, vale a pena. E eu acho que essa ideia da Secretaria de Relações Internacionais trazer para o Comitê os impactos e o que está sendo mostrado lá fora é bem interessante, porque isso vai dando um outro gás para nós, não fica parecendo que estamos só no nosso mundinho. Acho que já entrou a apresentação.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** E a Andreia está dizendo aqui Siurb fez parte da compensação ambiental do Bosque das Maritacas. Porque o que nós temos visto aqui também, Ravena, é que a Prefeitura se conhece pouco, não precisa mostrar para fora, precisamos mostrar para dentro o que fazem as secretarias. E acaba que a Secretaria de Relações Internacionais acabou criando o ensejo para isso. Tatiana, pode ir para o eslaide 4, por favor. Então aqui nós temos um panorama só das relações com redes de cidades estabelecidas. A apresentação tem um link ali em redes de cidades quando vocês receberem a apresentação por e-mail, eu imagino, vocês vão passando o mouse ou dando sequência a apresentação, em cada uma dessas redes aparece a descrição de qual é o tipo de compromisso, de parceria que nós temos com ela. Aí a Andrea acrescenta que foi o termo de compensação ambiental da obra do Anhangabaú que foi aplicado no Bosque das

Maritacas inclusive com espécies arbóreas de grande porte que foram transplantadas lá para o Bosque das Maritacas. A gente pode dizer: 'tá vendo aquela ali? Ela veio lá do Anhangabaú. Você pode passar por favor para o primeiro slide ilustrado que aparecer aí, o 11. Só para passar muito rapidamente a ilustração dessas intervenções de gentileza urbana sobre os quais eu estava falando, então o jardim de chuva. Próximo slide. Vaga verde, substituição de vagas de automóveis por um pequeno jardim. O Bosque, no caso, das Maritacas, serão vários bosques como esse. Próximo. A escadaria verde, a calçada na 23 de Maio. Aí tem uma extensão de 500 m acho de calçada permeável, com as valetas de infiltração permeáveis também em alguns pontos estratégicos na 23 de Maio. Também tem aquela escadaria que vocês viram. Tem uma recuperação e preservação de nascente. E tem um trecho dessa avenida que tem peixes. Eu não sei se os peixes vieram das nascente, ou se alguém colocou peixinhos ali, mas é inacreditável. E aí quem já viu outras nascentes sendo operadas assim, por obra de intervenção da comunidade, daqui a pouco nós temos uma pequena fauna ali, que é uma coisa maravilhosa, você está em uma praça em São Paulo ouvindo sapo. Pode passar mais dois slides. Pronto, e agora nós falamos de um projeto que é muito exemplar que é o Ligue os Pontos. Ligue os Pontos foi contemplado com um prêmio da Bloomberg, um prêmio chamado *Mayors Challenge*. Era um desafio entre prefeitos, foi apresentado por um funcionário de carreira da prefeitura, um agrônomo, que construiu essa proposta e foi contemplado então. Recebeu recursos da *Bloomberg Philantropies* para ser desenvolvido. Essa é uma foto da *Home* do Ligue os Pontos. Pode passar para o próximo. O Ligue os Pontos tem esses três grandes eixos de atuação: dados e evidências, agricultura - que é o cerne do projeto, afinal de contas - e cadeia de valor. Então, por exemplo, em dados e evidências, com recurso do Ligue os Pontos, foram feitos mapeamentos, cartografias super detalhadas da região sul, porque esse é um projeto voltado para a zona rural de Parelheiros, da região de Parelheiros, não é a única única zona rural de São Paulo, mas obviamente é a mais extensa, a mais significativa, uma área de produção de água e assim por diante. Então foram feitas três cartas muito detalhadas com recursos da parceria: uma carta de uso e ocupação de solo; uma carta com áreas de interesse ambiental; e a carta com a capacidade de uso agrícolas. Tudo isso agora é patrimônio do Município. Outro ponto, pode passar. Então, por exemplo, agora nós sabemos que são mais de 500 unidades produtivas na zona sul de São Paulo, unidades de produção agrícola ou agropecuária. E foi criada uma ferramenta, que é o SisRural, que é uma ferramenta de campo, em que o agrônomo constrói junto com o agricultor um plano de ação como ele pode fazer a transição para a agricultura orgânica, que é uma das metas também. Como ele pode usar a agricultura de forma regenerativa. Como ele pode aumentar a produção, diversificar a produção, corrigir o solo, então cada agricultor tem ali o seu plano. E essa ferramenta vai ser agora utilizada pela Secretaria estadual da Agricultura para ser aplicada em todas as suas unidades regionais de apoio. Uma estratégia importante das parcerias que nós estabelecemos é que elas multipliquem, que elas ganhem escala e o impacto seja ampliado. Então aqui, um exemplo de como funciona o SisRural no tablet, no celular, e a ferramenta produz dados que são tornados públicos. Então, quantos por cento das propriedades já estão migrando, estão no processo de transição para a produção agroecológica em direção à produção orgânica, quantos são geridos por mulheres, faixa etária, escolaridade, o acesso a saneamento. Tudo isso não só já foi produzido, mas continua a

ser produzido e alimentado. Próximo. Em relação ao fortalecimento da agricultura, tem assistência técnica, extensão rural, de um em um mesmo, além é claro de ações coletivas. Pode passar. E uma das coisas que a parceria proporcionou foi a instalação de unidades demonstrativas em algumas propriedades agrícolas, por exemplo, de energia solar. Então eles puderam receber energia solar na sua propriedade com a condição de que aquilo sirva como exemplo para todos os outros agricultores irem lá, conhecer, saber quanto custou, valeu a pena ou não valeu. Então aqui um exemplo concreto aqui do vovô Joaquim, que tem um sítio de orgânicos, que a partir da energia solar, não só ele consegue operar equipamentos que antes ele não podia, processar alimentos, usar a energia solar na irrigação da propriedade, como ele tem chuveiro quente, que é o que ele menciona aí nas aspas que nós destacamos. Então tem uma preocupação com o bem estar de quem está ali e lógico, o bem estar da cidade. Essa plataforma eu queria navegar hoje ao vivo aqui, mas ela está em atualização, não está no ar. Eu recomendo que todos vocês visitem a sampa mais rural. Se fizer uma busca com sampa mais rural vai aparecer fácil ali. Porque aí é uma interface da produção dos produtores com a sociedade de modo geral. Então aqui tem mapeado hortas, as propriedades agrícolas, mercados. Se você clicar no agricultor que permitiu isso, porque depende da autorização de cada um, mas tem lá o nome do dono da propriedade, o que ele planta, se ele aceita ou recebe visitas, onde que eles vendem. É fantástica essa plataforma do Sampa + Rural. Próximo, por favor. E tem a versão offline do Sampa + Rural para conectar os pontos em que restaurantes, mercados, que vendem produtos da agricultura da zona sul de São Paulo podem se identificar com essa plaquinha, com esse selo "aqui tem Sampa + Rural", e os próprios agricultores "eu sou o Sampa + Rural." Pode passar, por favor. Alguns negócios foram acelerados com a participação da ADESampa, são muitas as secretarias envolvidas. Um dos projetos do Bike Polo, é uma iniciativa de ecoturismo de bicicleta na região, que visita as propriedades agrícolas, que experimenta os produtos, e que conhece as cachoeiras e assim por diante. Em relação à cadeia de valor tem uma iniciativa muito interessante e disruptiva que é o CSA. O CSA é uma assinatura de uma cesta de produtos agrícolas da região de Parelheiros, mas a ideia é que quem faz essa assinatura, esse pagamento regular, ele passa a ser um parceiro do negócio. Não é um cliente que recebe determinados produtos pré-estabelecidos. Você nem sabe exatamente o que vai vir na cesta, porque depende da safra, depende do tempo. Então você assume esse compromisso, você cria uma comunidade, tem vários tipos de comunidades, comunidade das pessoas que trabalham no Martinelli e recebem ali toda semana uma cesta de produtos agrícolas e com o contexto: essa semana o produto está menor porque choveu muito e perdemos uma parte. E tem o CSA popular que não tem só a contribuição de cada pessoa que passou a ser parceira do negócio, mas tem o subsídio externo também. Então uma determinada entidade aporta um recurso para complementar aquilo que as pessoas em si não teriam condição de pagar e aí elas recebem essa cesta de produtos frescos, orgânicos e cultivados de acordo com as boas práticas, mesmo na agricultura convencional tem esse movimento também. Já estou terminando. A Fundação Ellen Mac Arthur produziu um mini documentário, tem 15 minutos, recomendo muito que vocês assistam. Ali no Economia Circular que está em azulzinho é o link para o documentário. Nós pretendemos fazer um evento, não de lançamento porque ele já está publicado, já é público, mas com debate, com divulgação mais das atividades, um

evento, naturalmente. Então vocês serão convidados com certeza. E para dar mais um exemplo de como toda semana, toda reunião, todo mês nós podemos ter alguma coisa para informar e compartilhar, hoje à tarde tem um evento para falar do Selo Sampa + Rural, aqui tem Produção de Pampa, organizado pela Secretaria do Trabalho, no *Facebook* da Secretaria. E o outro evento dentre vários que eu escolhi compartilhar aqui também é esse evento *Build Back Better*, para falar de colaboração, cooperação sul - sul, planejamento para redução de risco para cidades saudáveis e resilientes na era pós Covid. Então são muitas as oportunidades desse tipo que aparecem para nós, ou aparece porque nos procuram ou porque nós assinamos todas as newsletters das organizações multilaterais e fica sabendo dessas possibilidades. E eu acho que nós podemos assumir um compromisso com vocês de que quando for eventos abertos para a participação de quaisquer pessoas, às vezes nós temos direito a três ou quatro vagas em um determinado evento ou menos. Mas às vezes são eventos abertos para qualquer pessoa que queira participar. Eu acho, Laura, que nós podemos criar essa prática de compartilhar com os membros da comissão, por exemplo, do Comitê, que presumivelmente têm bastante interesse em atividades desse tipo. E por hoje é isso, e eu quero realmente renovar e reiterar a sugestão para que nós, em outras reuniões, descrevamos outros acordos e compromissos que nós temos em andamento, que eu nem mencionei hoje; ou forneça a atualização sobre o andamento sobre todas essas coisas, porque sempre tem novidade e desculpem aí não ter me preparado.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Desculpa eu. Eu consegui entrar de volta, eu caí, não conseguia voltar e você não vai acreditar: na hora que terminou de baixar a sua apresentação, e eu consegui voltar para o Teams, desabilitou a minha autorização de apresentar. Então eu fiquei louca. E o pior é que é no meu link que está sendo feita a gravação... Desculpa eu também a você e às pessoas presentes também. Mas é muito legal, Soninha. Eu destaco isso que você falou, a capacidade que a Secretaria de Relações Internacionais tem de fazer a agregação intersetorial. É muito legal. E não precisa deixar os 10 minutos, todas as reuniões nós temos na pauta, não é um momentinho dado, é na pauta, informes. Então todas as secretarias têm esse momento para trazer os seus informes. E esse momento é até um deixa para o interessado de outra instituição, que não precisa ser uma instituição governamental, pode ser empresarial, pode ser organização ambientalista, pode ser atividade de atendimento comunitário, pode ser o que seja, pode ser até igreja. Nós já tivemos uma igreja falando no Comitê. Então nós estamos sempre dispostos e abertos. Muito legal e mais uma vez peço desculpas a você principalmente, mas a todos, pela nossa falha técnica. A palavra está aberta para quem quiser fazer alguma consideração.

**Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete da SVMA):** Para variar vou falar eu de novo. Mas eu acho o seguinte, o Comitê de Mudanças Climáticas só tem a ganhar com essa participação. O espaço é permanente, como a Laura falou, permanente e aberto para todas as secretarias. E trazer o que está sendo produzido, o que está sendo feito para que todo mundo tenha ciência do que está acontecendo e para que nós possamos tentar integrar as ações das prefeituras, porque essa é a função, esse não é um comitê da Secretaria de meio ambiente, esse é um Comitê da cidade. E como a Laura bem



destacou, da cidade não prefeitura, da cidade sociedade civil e poder público. Então é um espaço aberto para mostrar o que acontece, especialmente na Secretaria de Relações Internacionais, e para todas as outras secretarias, porque todas as outras tem coisas para mostrar, inclusive as tratativas que estamos levando a efeito para mudança de intervenção, efetivação de compensação ambiental, plano de eficiência energética em prédios públicos e por aí vai. Eu acho que isso tem que vir para esse Comitê porque é uma forma de difundir para a Prefeitura o que a Prefeitura faz, que às vezes não sabemos. Então você tem que estar ligado o tempo todo buscando informação, e esse é um espaço para isso, é um dos espaços para isso. E eu espero que a Secretaria de Relações Internacionais volte outras vezes para acrescentar. E só para terminar, todo esse movimento internacional e todo esse movimento usando o Ligue os Pontos, além disso tudo que já está produzindo, ajudou a Secretaria a formatar o Plano Municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais, que tomou por base e primeiro edita todo esse levantamento que o Ligue os Pontos fez. Então essas iniciativas se interconectam, e é necessário que nós troquemos essas experiências, isso é um foro aberto. Como é do DNA da Secretaria nós gostamos de falar e gostamos de gente falando, o debate é necessário. Obrigada.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Não sei se a Soninha quer fazer alguma consideração, mas a Andrea Franklin pediu a palavra, Andrea.

**Andreia Franklin Vieira (representante de Siurb):** Queria parabenizar a apresentação, foi excelente perceber que nós temos mais possibilidade de dar mais peso para as ações e projetos. O Douglas, que está aqui acompanhando, que é parceiro nosso da SP Obras, Rafael também, que eu estou vendo que está aqui, nós podemos enxergar nisso a possibilidade de trabalhar no tempo certo. Eu acho que muitas vezes o que falta é enxergamos as possibilidades no tempo em que conseguimos entender isso como contratação e fazer isso virar uma ação. Eu ainda ousou dizer que as vezes não é nem a falta de dinheiro, é a falta de estar no momento certo naquela obra. Porque se nós antecipamos as possibilidades com os diversos parceiros no momento em que o projeto está sendo feito, e portanto no momento em que estaremos contratando esse serviço, nós ainda não temos um não, ninguém falou não. Às vezes nem se sabe que a gente tem esse potencial. E uma outra coisa que a Soninha falou que eu acho que é importante é darmos voz a essas ações em todos os fóruns que pudermos. Quando você vai em uma Câmara e defende que o seu projeto está alinhado com a questão da sustentabilidade, é difícil - porque as pessoas que muitas vezes estão com o cronograma apertado - é difícil que falem não. Ela até vai te cobrar cronograma, mas ela vai tentar ajudar. E eu vejo assim, somos nós, Douglas o Rafael, nós estamos em todas as reuniões abrindo para os diversos parceiros para ver: aqui cabe o projeto de drenagem, aqui cabe o projeto de infraestrutura, de revitalização. E claro, somos poucos, pouquíssimos, como em todas as áreas da Secretaria, mas é um esforço de tentarmos um pouco a mais. Não vamos fazer só o que a lei pede, vamos tentar usar um pouco a mais. É muito desafiador, então eu saio animada e ao mesmo tempo com mais atividade para desenvolver. É isso. Obrigada, gente.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada, Andrea. Douglas pediu a palavra. Pergunto aos membros do Comitê se alguém tem questões para endereçar a Soninha. Douglas.

**Douglas Damaro (representante de Siurb):** Achei muito legal a sua apresentação. Eu adoro ouvir todo esse tipo de coisa que você trouxe porque mostra que é fora da caixinha. Estamos todos juntos, temos que resolver e dar palpite em todas as áreas. Eu fico muito feliz de ter participado de alguns projetos que você falou, eu cheguei por perto. No Ligue os Pontos, eu estava na alimentação escolar e me aproximei muito disso, realmente é um trabalho muito fantástico, então é bem legal isso. É bem gostoso tudo isso que você colocou, adoraria ficar ouvindo mais vezes de tudo isso que a Prefeitura tem feito. A Thais comentou lá no início e ao longo da apresentação da eficiência energética, eu só quero colocar que esse Comitê começou a discussão, começou a provocação, veio o Plano de Ação Climática, chegou até nós essa questão da eficiência energética. Trabalhamos bastante e trouxemos aqui o resultado hoje ele é uma ação muito concreta do que já estamos fazendo. Então a Thais comentou que nós conversamos com a Educação, sim, semana passada estivemos em conversa com eles e a Educação vai passar por uma reforma das unidades educacionais. Um grande número de escolas será reformado nos próximos quatro anos e quem vai fazer essa reforma é a Siurb. Então nós conversamos: vamos inserir as questões de eficiência energética nessas reformas. Foi um momento muito pertinente, é esse momento agora, estamos preparados, temos o apoio incondicional da Secretaria do Verde, do Plano de Ação Climática e do C40, por exemplo, que está ajudando muitas pessoas. Então nós vamos passar pela reforma de muitas escolas nos próximos quatro anos, onde a eficiência energética vai ser trabalhada. Então vamos instalar equipamentos, vamos fazer reformar, ver iluminação, ventilação, produção de energia fotovoltaica. Isso já é real, é concreto, é uma ação que nasceu por aqui e estamos conseguindo colocá-la intersecretarial, colocando-a em prática. Então eu estou muito feliz. Só tenho a agradecer.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Eu tenho uma pergunta, Soninha. Espera aí, vi que alguém levantou a mão, mas eu tenho uma pergunta.

**Thais Brianezi (SVMA/Umapaz):** Eu ia levantar só para complementar o Douglas, posso, Laura, desculpa ter cortado, tem alguém na fila? Estando na Umapaz e Educação são os cogestores em educação ambiental. Então a ideia é cada vez mais trabalharmos juntos, então a provocação a partir do estudo de eficiência energética, a formação que nós fizemos com a Diretoria Regional de Ensino, mostrou que as vezes até são coisas muito simples, mas que precisam de uma intervenção. Quando as escolas começarem a voltar, por exemplo, ainda não fizemos o diagnóstico para saber em quantas, mas pelo relato parece que é muito comum ter um disjuntor único para a área externa. Por questão de segurança tem que ficar ligado no fim de semana. E aí quando nós conversávamos com a Mitsidi [empresa que apresentou projeto de eficiência energética na reunião anterior do Comitê do Clima] eles falaram: nossa, então a economia é maior do que previmos, porque nós nem consideramos isso. E isso você só descobre, volta para o Pedro Jacobi, no concreto, no ouvindo, porque a gente dava de barato que já tinha disjuntor. Então enfim, só para dizer que, estando na Umapaz, fortalecendo essa

parceria, essa ação intersetorial que existe também, eu acho que tem um papel pedagógico que pode inclusive auxiliar na ação de infraestrutura, porque às vezes são questões simples que achamos que está resolvida, mas não está.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Eu tenho uma pergunta, aí desculpa se eu estiver sendo inconveniente, mas eu acho que é uma coisa que nós precisamos falar. A Secretaria de Relações Internacionais intermedia esses projetos, como foram referidos aqui, o do Plano de Ação Climática, que recebeu via C40 recursos da cooperação internacional britânica. Mas existem contatos que objetivam intervenções, o financiamento concreto, não só o de estudos. A intervenção que vai demandar a licitação. Esse tipo de contato com o dinheiro vindo do exterior e via Secretaria de Finanças, como que isso está acontecendo, se é que está acontecendo. Me desculpe se eu fui inconveniente, se assim for, por favor, responda não posso responder.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Não, talvez eu não saiba responder com tanta propriedade, mas como tem mais gente de relações internacionais aqui na reunião eles podem me corrigir se tiver alguma coisa errada. Mas sim, a Secretaria também tem o papel de buscar recursos de fundo perdido ou de financiamentos internacionais. Uma vez feitos os acordos, veja, tem um acordo grande na cidade que foi o recurso do BID para a saúde. Então veio um financiamento com necessidade de contrapartida da própria Municipalidade, da Secretaria de Saúde. Então a embaixadora Débora Barenboim, que é a nossa Secretária Adjunta e é uma especialista nisso, então está super engajada nisso. Tem uma linha de crédito aqui do Banco Mundial, o BID está com financiamento para isso ou aquilo. Você quer falar, embaixadora?

**Embaixadora Débora Barenboim Salej:** Obrigada, Soninha, parabéns pela sua intervenção, estou muito orgulhosa de você, muito obrigada. Muito bacana ver expostas as coisas que nós fazemos, aprendi muito com você. Nós intermediamos sim, nós procuramos trazer para a mesa os financiadores e projetos da Prefeitura e ver as possibilidades de negociar o financiamento de diversas atividades, das mais variadas. Todas as áreas da Prefeitura são contempladas, saúde, nós estamos muito empenhados em obter financiamento para saneamento básico, nós estamos negociando com a Jaica, que é a agência japonesa, financiamento para a gentileza urbana que a Soninha descreveu tão lindamente. Então nós trabalhamos o tempo todo com isso. Mas, além disso, nós temos o compromisso de fazer as coisas andarem, nós não podemos negociar um acordo com o BID ou Banco Mundial se temos coisas pendentes. Então nós trabalhamos mão com a mão com a Secretaria da Fazenda, acompanhamos até no Senado Federal projetos que precisam ser aprovados lá, para ter certeza que as coisas vão acontecer. Porque se temos um projeto com o Banco Mundial que ficou pulando entre a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria da Fazenda e foi e voltou 500 vezes, nós não temos como negociar novos projetos com o Banco Mundial. Então o nosso trabalho também é de fazer esse acompanhamento para ter certeza que as coisas vão acontecer. Esse projeto agora está nos finalmente, nós estamos acompanhando pelo gabinete do José Serra e da Mara Gabrilli. Nós estamos com a Secretaria do Tesouro Nacional e com a Secretaria da Fazenda para ter certeza que as coisas

vão andar, para pedirmos novos financiamentos. Então eu não sei se eu respondi, mas é um pouco de como trabalhamos, fazemos a interação de todas as áreas e colocamos na mesa todas as possibilidades de financiamento, com foco nessas prioridades que Bruno, e agora o Ricardo Nunes apontaram para a Marta. Nosso foco é: saneamento básico, meio ambiente, racismo. Então nós estamos trabalhando com agências internacionais em projetos prioritariamente nessas áreas, o que não impede de trabalhar em outras áreas também.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigada, Débora. Tem uma pessoa de fora do comitê com a mãe levantada, mas antes, nós estamos caminhando para o encerramento da reunião, e antes de passar a palavra para que essa pessoa brevemente exponha a sua questão para a Soninha, eu pergunto se alguns dos membros do Comitê tem alguma pergunta para ela. Fala, Marina.

Marina Orador O: Eu não gostaria de fazer uma pergunta, mas só uma intervenção complementando um comentário do Ravena, que ele disse que muitas vezes os técnicos, com razão, veem como trabalho extra a oportunidade que chega, porque já estão assoberbados com todas as demandas. Assim como nós de RI na dinâmica, quando chega coisa nova a gente podemos achar que o prazo está curto. Muitas vezes é a partir da participação de algum evento, participar de algum evento internacional, que vem recurso. Não necessariamente precisamos contrair um financiamento, mas no caso do Plano de Ação Climática, por exemplo, que abriu várias portas, inclusive para o estudo de eficiência energética, começou quando assumimos o compromisso, lá atrás em 2018, do *Deadline 2020*, e nós temos ainda a possibilidade de vir novos recursos para a implantação do Plano. Então são pequenas coisas que na hora que chega parecem que são pequenas e não tem tanta relevância, mas podem ter muitos desdobramentos. E a partir do momento que a cidade é vista, está em foros internacionais, é que as oportunidades surgem. Ravena também participou da parceria com o Banco Mundial no índice de biodiversidade, e é assim que muitas portas vão se abrindo, muitos recursos vão chegando. E não necessariamente que a Prefeitura tenha que arcar, seja financiamento ou empréstimo, ou muitas vezes o que chamamos de não reembolsáveis, com muitas aspas.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** A sua fala, Marina, me lembrou de algo que eu digo agora para todos os membros do Comitê, que é o que ela falou, não mencionou o nome, mas é o que está acontecendo agora, nestes dias, que é responder o questionário do CDP. O CDP é uma plataforma que mostra São Paulo para o mundo, para outros governos, a gente fica em uma situação de comparação, para investidores, pois são referências iniciais para definição de investimentos. Então são coisas que nem sabemos que existem, mas são relevantes no jogo geral, inclusive na aplicação de recursos. Eu vou passar a palavra para o James Andreas Maier, que levantou a mão, será a nossa última intervenção, peço a ele que então se apresente, James, de onde você é? Acho que ele caiu.

**James Andreas Maier:** Voltei. Nossa, que prazer e que responsabilidade. Vou me apresentar rapidinho, meu nome é James Maier, eu estou na Secretaria Municipal de Educação, em Campo Limpo. O pessoal falou bastante da zona sul, já tive o prazer de encontrar a Dra. Laura em alguns

desses encontros, porque também faço parte do Núcleo de Educação Ambiental de SME. Infelizmente o pessoal não pôde estar aqui porque nós estamos em uma reunião paralela. Como eu trabalho em uma Sub, em uma diretoria, tem uma coisa interessante, em vários momentos vocês falaram sobre as questões intersecretariais. Só que quando pensamos local é complicado, porque São Paulo é uma cidade do tamanho do estado, dentro de um estado que é do tamanho de um país, se for se comparar, por exemplo, com os padrões da Europa. Então eu acho que existe uma falta na verdade de algo inter-regional. Eu, por exemplo, algumas experiências rápidas que eu tive no meu trabalho, eu consegui fechar muitas parcerias legais estando dentro da Educação, junto, por exemplo, com o pessoal do PAVS [Programa Ambientes Verdes Saudáveis], junto com o pessoal da Regional da Saúde, o pessoal da época que tinha os DGDs na Secretaria do Verde. Então eu acho que deveríamos valorizar um pouco mais e facilitar essas relações, não só as intersecretariais que estão lá em cima, mas as regionais mesmo. Porque, qualquer uma das minhas parcerias, se chegasse até a Secretaria de Educação, para conversar com a Secretaria da Saúde, ou com a Secretaria do Verde, muito provavelmente esses projetos não teriam andado, e são projetos bastante bem sucedidos. Só queria perguntar uma coisa que eu senti falta nas falas aqui: é falar um pouco de ODS, falar um pouco dos objetivos do desenvolvimento sustentável, porque eu acho que seria uma cola para juntar todas essas coisas. Então eu acredito que isso seja uma relação internacional também, já que estamos falando de Unesco, ONU e coisas do tipo também. Então minha pergunta era um pouco isso, se não seria legal, já que somos signatários, usar os objetivos como uma ponte para essas relações intersecretariais. Era só isso, é um prazer falar aqui. Mandar um abraço para a Soninha que eu sou fã desde a época da MTV, eu tinha que falar isso.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Obrigada, gente. Vamos lá, sobre os ODDs, já estava aqui na agenda para falarmos bastante disso, talvez na próxima reunião do Comitê, a Thaís está aqui, fez parte da Comissão. Tem uma Comissão Municipal de ODSs, composta por representantes de várias secretarias, que fez um trabalho incrível no ano passado, a partir da municipalização as metas dos ODSs e a escolha de vários indicadores do Município. Vários assim, mais de 500 indicadores do Município, a partir de dados que nós somos capazes de produzir ou que nós vamos ter que ser capazes de produzir, porque esse também é sempre um desafio, descobrir a quantas andamos. Algumas áreas têm observatórios já bem delineados, ou têm sistemas, a área da saúde é um exemplo disso, o Sistema de Saúde é super bem abastecido, tem notificação obrigatória, um monte de coisa. O Sistema de Assistência Social por onde eu passei brevemente, fui secretária 90 dias, é inacreditável: não é nem Excel, é em papel e caneta a produção de dados ainda de muitas coisas. Então foi produzido esse material, Agenda 2030, que está para ser publicado assim, agora, antes do fim do mês, depois de revisado, conferido, vai ser tornando público na plataforma Participe Mais, até porque foi feita uma consulta também muito extensa, então vai ser feita a devolutiva lá. E a plataforma Observa Sampa onde os indicadores vão ser publicados e monitorados continuamente. Então essa primeira etapa foi feita ano passado. Agora na próxima fase vai ser feito o plano de ação dos ODSs, não é só objetivo para 2030, temos quatro anos de governo, e agora, vamos fazer o quê?

Então, de novo a comissão vai trabalhar em câmaras temáticas, para avaliar como é que as metas dos indicadores vão ser contempladas no ciclo orçamentário. Quer dizer, no Plano Plurianual, que começa a vigorar no ano que vem e vai até o primeiro ano do governo seguinte. No Plano de Metas do Prefeito que já está em fase avançada, porque o calendário assim determina, mas já está em debate. E claro na lei orçamentária anual. Então o Plano de Metas foi feito antes dessa Agenda 2030 ser publicizada como ela já vai ser agora. Mas ele já usou o trabalho da Comissão Municipal ODS para assinalar dentro do Plano de Metas a quais ODS nós estamos nos referindo. Então a ideia é avançar com isso agora, em todas as peças mesmo do ciclo orçamentário. Nem tudo é orçamentário, algumas coisas não dependem de aporte orçamentário, mas muitas dependem, lógico. Então esse trabalho continua, entra em uma nova etapa agora. E a Secretaria de Relações Internacionais passou a presidir a Comissão ODS, exatamente porque tem essa responsabilidade perante o mundo.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** É isso mesmo, está certo Soninha. Muito legal. Nós estamos caminhando para o encerramento, a Thais levantou a mão, muito brevemente, por favor, Thais.

**Thaís Brianezi (SVMA/Umapaz):** Brevemente só para dizer que é uma alegria ver o James aqui e que a Cláudia do NEA, é a representante da educação nessa Comissão, e que nesse desafio que nós temos do Plano de Ação, nós contamos muito com as Diretorias Regionais de Ensino. Porque eu acho que a contribuição que nós podemos dar é justamente essa dos arranjos locais para o Programa de Metas, da regionalização do Programa de Metas. Então James, em breve você vai ter informações de como se engajar e também contribuir com esse projeto. Obrigada.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Muito obrigada. Soninha, muito obrigada pela sua apresentação, desculpe a esculhambação tecnológica, eu caí, depois nem ia conseguir te autorizar fazer a apresentação porque eu não estava autorizada. A apresentação sim é enviada aos membros e depois ela é colocada na página de mudanças climáticas que está na Secretaria do Verde, então fica pública as perpetuum. Inclusive quem quiser ir lá, se quiser ver a apresentação de 2009, está tudo lá, a apresentação de tudo o que já foi feito está lá. Então muito obrigada de fato, e você sabe que aqui é um fórum que você tem muita presença.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Aliás, quem falou agora a pouco, a Marina, é a nossa coordenadora de multilaterais, das relações internacionais.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** E que já foi representante suplente aqui no Comitê, por Relações Internacionais. Bom, nós estamos caminhando para o fim, o último ponto da nossa pauta é a sugestão de pauta para a próxima reunião. Pergunto se alguém tem alguma sugestão. Embora não precise, se for o caso, dizer aqui e agora, nós estamos sempre abertos às sugestões de pauta. Fala, Soninha.

**Soninha Francine (Chefe de Gabinete de SMRI):** Plano de manejo Capivari Monos, pode ser?

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Está bom. Temos outras coisas, mas o plano de manejo é pauta sim, sempre. Mais alguém tem alguma coisa a dizer? Se não, vamos encerrar a nossa reunião. A Tatiana colocou o chat no link para quem quiser ver alguma coisa. Até o meu telefone está tocando... mas eu nem levantar para desligar, não vou atender. Ravena, quer terminar a reunião?

**Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete de SVMA):** Só agradecer a presença de todos e todas e dizer aquilo que você já falou: é um foro aberto e nós gostamos e prezamos pela participação de todo mundo. Quanto mais debatermos, mais longe chegamos. Então obrigado pelas apresentações e estamos aqui a disposição.

**Laura Ceneviva (Secretária Executiva do CMMCE):** Obrigado a todos e até a próxima reunião, no mês que vem, ou entretanto mediante email. Tchau pessoal.

**Todos:** Tchau.

### **Lista de Presença da 81ª Reunião Ordinária do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia, realizada em 25/05/2021:**

#### **MEMBROS PRESENTES**

**Rodrigo Pimentel Pinto Ravena / Presidente**

**Carina Beje de Almeida / SEMDET**

**Clarice Reiter Menezes Degani / CBCS**

**Claudia Bice Romano / SF**

**Douglas de Paula D'Amaro / SIURB**

**Hamilton de França Leite Junior / SECOVI-SP**

**Luis Fernando da Silva e Silva / SMDDET**

**Magali Antônia Batista / SMS**

**Marco Antonio Barbieri / FIESP**

**Olímpio de Melo Alvares Junior / ANTP**

**Sonia Francine Gaspar Marmo / SMRI**

**Susete Taborda / SEHAB**

**Thais Brianezi Ng / SME**

**Vanessa Lima Nunes Dias / SINDUSCON-SP**

**Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos /**  
Secretário Adjunto – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

**Hugo Koga /** Secretário Adjunto–Secretário de Mobilidade e Transportes

**Débora Vainer Barenboim-Salej /** Secretária Adjunta – Secretaria de Relações Internacionais

#### **SECRETÁRIA EXECUTIVA**

**Laura Lucia Vieira Ceneviva**

#### **OUTROS INTERESSADOS PRESENTES**

**Adalberto Gregório Back**

**Adalberto Maluf / BYD**

**Andréa Franklin Silva Vieira / SIURB**

**Barbara Hartz**

**Camila Duelis Viana / SMSU - Defesa Civil**

**Claudia Bice Romano / SMF**

**Claudio Carvalho**

**Clayton Erik Teixeira / SMUL**

**Debóra Cristina Santos Diogo / SVMA**

**Denise Gonçalves Lima Malheiros / SMDU**

**Deodoro Antonio Oliveira Vaz / SVMA**

#### **SECRETÁRIOS MEMBROS PRESENTES**

**Eduardo Alves**  
**Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho**  
**Fábio Pedó / SVMA**  
**Flavio Soares / Ciclocidade**  
**Giulia Santi de Brito / SMRI**  
**Helena Magozo**  
**Helena Maria Rivello Terzella / Amlurb**  
**James Andreas Maier / SME**  
**Jane Zilda do S. Ramires / SVMA**  
**Julia Gontzos**  
**Julio Cesar Angelo Martinelli / SMT**  
**Letícia Galdino / CIOESTE**  
**Lilian Concellos / SMRI**  
**Lucia Noemia Simoni / SVMA**  
**Luciana Schwandner Ferreira / SVMA**  
**Luzia Helena dos Santos Barros / SVMA**  
**Marcus Vinicius Camargo Prates / SMS**  
**Marcus Vinicius de Jesus Bomfim / SMJ**  
**Maria Helena Sozzi de Godoy / SMSUB**  
**Maria Letícia Basso / SEL**  
**Marina Moraes de Andrade / SMRI**  
**Marta Emerich / CETESB**  
**Minoru Furuya / SEME**  
**Monique Maciel Barbosa / IRI-USP**  
**Murilo de Oliveira / SMS**  
**Natalia D'Alessandro / Way Carbon**  
**Nathalia Fernandes Lima / CGM**  
**Oswaldo Landfrac Junior / SVMA**  
**Priscila Freire Rocha / FIESP**  
**Rafael A. do Nascimento Purificação / SIURB**  
**Rebeca Martins Iricevolto**  
**Rodrigo de Freitas Santos / SPTrans**  
**Ronaldo Figueira Malheiros / SMSUB**  
**Silvana Bernardini Cury Morello / SIMA**  
**Solange Santos Silva Sanchez / SVMA**  
**Tatiana de Vasconcelos Menezes Paz / SVMA**  
**Tazio Viadana / Consórcio Cidade de São Paulo**  
**Vânia Cristiane Flores Salinas /SEHAB**  
**Emerson Mota Santana**  
**Daniel Dalmoro**